

III

História, ‘Vulnerabilidades’ Político- Económicas, Justiça e Desigualdades Sociais

Elites em São Tomé e Príncipe: Os Lastros da História, as Peias do Presente

Augusto Nascimento

Introdução

Numa síntese grosseira, aventar-se-á que, no continente africano, após o falhanço dos projectos ideologizados de construção de países modernos e prósperos, parece esquecido o papel das elites políticas, mormente das que guiaram as colónias à libertação, construíram os países e que, prescindindo de algum voluntarismo, num certo sentido se renderam à (maior ou menor) abertura política e à economia de mercado. Paralelamente à desvalorização do Estado, a ideia de um papel normativo da ideologia na modelação social esvaneceu-se e a própria noção de elite migrou para uma espécie de limbo, como se a actuação política nada tivesse a acrescentar ao livre curso da economia.

Em São Tomé e Príncipe, o percurso foi algo diverso, talvez também por via de um residual sentido de exigência, herdado quer do exemplo de desempenho institucional do colonialismo, quer do ideário independentista assente na promessa de uma igualdade tida como imperiosa num universo micro-insular. Durante anos, o regime de partido único tolheu qualquer discussão política, mas nem por isso, no arquipélago, o empobrecimento deixou de ser considerado inaceitável.

Mais recentemente, em resultado de um ambiente político mais aberto e da assunção de um dever de protagonismo político e social em prol da sua terra, são-tomenses vêm questionando a capacidade institucional e o saber técnico dos decisores para solucionar os problemas do país¹, responsabilizando sucessivas governações pela pobreza nas ilhas. Aliás, a cada pleito eleitoral, os candidatos a governantes apresentam-se invariavelmente com um projecto de inversão da trajectória de empobrecimento e do crescendo de dificuldades económicas e sociais da população do arquipélago.

Na verdade, os alegados défices político e técnico potenciam-se reciprocamente. Os liames das lealdades atinentes à preservação das posições políticas e sociais como que impedem a aplicação pertinaz do saber técnico e de medidas políticas cruciais para o almejado desenvolvimento. Esta conexão leva a que, na análise da capacidade das elites – suposto campo de recrutamento de governantes –, o enfoque acabe por incidir na sua actuação política e, em particular, na governação.

Entre os constrangimentos ao desenvolvimento do país, elencam-se a fragilidade da elite e a consequente ausência de visões consistentes sobre as metas do desenvolvimento. Inversamente percebe-se que os pronunciamentos dos são-tomenses diferenciados se centrem numa avaliação sumária do desempenho governativo e do Estado, do qual, malgrado a multiplicidade de actores sociais no terreno, se crê depender toda a evolução do país. Uma das razões do limitado pendor crítico dos intelectuais relativamente à acção dos governantes tem a ver com a expectativa de cooptação para cargos de responsabilidade política, onde se alcançam garantias de futuro². Tal forçosamente constrange a afirmação da elite intelectual são-tomense, a bem dizer, não muito distinta do universo de recrutamento de responsáveis políticos.

Por outras palavras, em São Tomé e Príncipe, onde a micro-insularidade não deixa de incutir contornos próprios à relação dos governantes com a população³, na ausência de exemplos de práticas políticas e sociais mobilizadoras, não se distingue a elite, idealizada à luz de um papel de liderança política, intelectual e social voltada para o futuro, do grupo de potenciais dirigentes políticos⁴ preocupados com a gestão do dia-a-dia. Daí, alguns inferem a inexistência de uma elite fora da área da governação ou na ‘sociedade civil’, enquanto o comum das apreciações sobre o comportamento das elites e o devir da sociedade acaba por incidir nos dirigentes políticos e nas questiúnculas partidárias.

Ainda que parcialmente plasmados pela apreciação fulanizada da política, alguns comentários versam a circunstância de os dirigentes são-tomenses ignorarem a necessidade de uma reflexão prospectiva sobre, por exemplo, as possibilidades de desenvolvimento sustentável e promotor da equidade social. Para alguns, essa demissão decorrerá da falta de hábito de discussão das práticas políticas⁵, aqui e além, ainda imputada ao colonialismo. Também se poderá atribuir o alheamento de uma reflexão sobre o futuro do país, marcado pelas eventuais receitas do petróleo⁶, à tentativa de preservação de vantagens baseada no acesso privilegiado à informação a tal respeito⁷.

Enquanto isso, os dirigentes são-tomenses perseguem um estatuto de elite, definido por uma acção política com profundidade reflexiva, marcada pela responsabilidade social e por regras éticas, imagem pela qual, independentemente das suas práticas, desejam ser olhados interna e, sobretudo, externamente⁸. Para tal, os dirigentes aderem, quando inevitável e conveniente, a itens da agenda internacional, por exemplo, os respeitantes à boa governação e ao desenvolvimento⁹, sendo muitos dos lemas cívicos e dos objectivos sociais importados das agendas internacionais.

Seja como for, é no campo político que a elite são-tomense se concretiza e se afirma, embora não necessariamente em conformidade com uma noção idealista de guia da sociedade e do Estado na procura de um futuro para o país e para os seus cidadãos. Numa perspectiva mais prosaica, a elite governamental empenha-se na sua reprodução e na preservação da sua hegemonia e das distâncias sociais. Com isso vem a laborar no reforço da sua posição económica, se necessário, à custa de lutas internas, e não forçosamente em nome de ideologias. Com isso, aliena a confiança por parte de uma população cada vez mais descrente dos *políticos*.

Conquanto cumpra não reduzir a análise do percurso de São Tomé e Príncipe à mera enunciação dos males herdados do colonialismo, o desempenho das elites (ou dos dirigentes) explicar-se-á em parte pela história das ilhas. A partir do escrutínio dessa história, poderão sopesar-se as repercussões da génese e do percurso da rala elite na era colonial nos actuais mecanismos de formação e de reprodução social das elites, assim como na condução do país após a independência.

Em todo o caso, devido a rupturas recentes – mormente a da independência –, a génese histórica já não será determinante para a formação e a reprodução das elites, hoje igualmente resultantes da aceleração das mudanças sociais e das respectivas implicações na rotação dos elementos da elite em lugares de poder, na sua composição e na contumácia ou volatilidade dos seus desígnios. Ainda assim, a história – adiante sumariada – não deixa de ser um elemento a ter em conta na avaliação das estratégias de preservação do poder e de reprodução das elites.

Ensaçando abandonar uma perspectiva algo etnocêntrica, tentar-se-á pensar a validade da noção de elites para o caso de São Tomé e Príncipe. Para alguns, aplicar tal noção configurará uma má opção teórico-metodológica por implicar uma transplantação mecanicista que não atende às especificidades arquipélágicas e por, afinal de contas, presumir uma visão normativa das elites e dos processos políticos vinculada à tradição cultural europeia e não à realidade local. Porventura, a (possível) superação de um tal viés residirá em enfatizar a historicidade da génese e da reprodução das elites são-tomenses. Assim, a análise destas e da respectiva actuação política e social implica uma abordagem que as insira no contexto das lógicas da história local e da relação desta com os sucessivos mundos pelos quais o arquipélago foi sendo facetado.

Amiúde, a citada crítica à ilusória validade das noções (por exemplo, de elite) vai de par com a assunção de uma especificidade das sociedades africanas, que, desse modo, seriam ininteligíveis para o aparato analítico eurocêntrico. Mas, salvaguardadas as especificidades, no arquipélago ainda prevalecerão valores políticos e morais tributários do contacto com padrões culturais europeus ao longo de décadas de colonialismo. Tal não justificará uma abordagem normativa a partir destes valores (enganadoramente tidos por universais). Mas, na medida em que parte do juízo da *rua* sobre a actividade política se socorre desses valores, mesmo se já esbatidos e reelaborados, e dos valores eurocêntricos da liderança política, ética e

intelectual reivindicada há não muito tempo pelos políticos são-tomenses, abre-se algum espaço para o recurso a um crivo normativo das actuações políticas, o qual, ajudará a descrever e a situar as relações entre a elite (ou os dirigentes) e o comum da população. Em particular, ajudará a evidenciar o fosso político e social que a homogeneidade cultural tende, até por efeito da comparação com outros países africanos, a mascarar¹⁰.

Noutros termos, por causa da história do arquipélago, importa (também) recuperar uma visão normativa socialmente difusa com implicações nas concepções de política, de Estado e de elites. Estas concepções são tributárias de uma sociedade são-tomense até há anos relativamente europeizada, com alguma homogeneidade cultural, onde o Estado tinha funções de ordenação social e, mais, de produção de uma coesão política plasmada por valores morais tidos por universais. Tal como no período final do colonialismo, também no pós-1975 os dirigentes independentistas se afirmavam vinculados a tais valores, sem embargo das violências perpetradas até inícios da década de 1980 (lembrando-se que consideração similar se deve tecer sobre a duplicidade das práticas coloniais).

Precisamente, a mutação social pós-independência corroeu padrões de regulação social de outrora, sendo hoje manifesto o seu esboroamento. Recentemente, a perda de consenso¹¹ político e moral foi sendo como que compensada pela reivindicação da qualificação de elites capazes de inculcar eficácia na condução do país. O enfoque nas elites prende-se com o sentimento da necessidade de uma liderança conducente à inversão da perda económica vivida no país praticamente desde a independência¹².

Na falta de estudos empíricos¹³, qualquer abordagem das elites do arquipélago será muito preliminar. Nas circunstâncias actuais, não se pode ir além de um texto exploratório acerca da difusa visão prevalecte sobre as elites e, daí, acerca do modo como, por exemplo, se encaram as possibilidades de afirmação da sociedade civil, as de participação política da população e, ainda, as possibilidades do próprio país.

Será difícil evitar alguns juízos, porventura infundados e de escasso alcance interpretativo. Em todo o caso, tentar-se-á contribuir para a compreensão da diferenciação social, das elites e da mudança social em São Tomé e Príncipe no passado recente e na presente conjuntura.

Um relance histórico

Em inícios de Novecentos, as elites da terra começaram a encarar-se como são-tomenses ou, dito de outro modo, a formular e a divulgar, com recurso a modernos instrumentos de propaganda, designadamente a imprensa, enunciações sobre o seu arquipélago como criador de indivíduos com uma identidade própria.

À época, a prestação intelectual da elite são-tomense foi notável, ainda que, no imediato, politicamente inconsequente. A elite são-tomense, cultural e afectivamente ligada à metrópole, seria neutralizada pelo racismo emergente desde finais de Oitocentos. Após a queda da República (1910-1926), dadas as

condições políticas crescentemente adversas criadas pela Ditadura e, depois, pelo Estado Novo (1926-1974), a elite são-tomense não logrou impedir a aplicação de medidas gravosas que, na prática, derogavam a cidadania dos são-tomenses e acentuavam a subalternidade social talhada pela discriminação racial e pela dominação colonial. De caminho, a elite são-tomense foi reprimida e, por fim, rendeu-se ao ideário imperial triunfante na década de 30. Por essa época, alguns dos mais notáveis são-tomenses foram coagidos a abandonar o território ou expatriaram-se à procura de oportunidades inexistentes na sua terra¹⁴. Apesar dos esforços de ilhéus na disseminação da instrução e do orgulho no seu desempenho social, em meados do século XX, a elite são-tomense era uma sombra da que pontificara nos primeiros decénios de Novecentos.

O fim da II Guerra trouxe novas condições políticas, entre elas, o desabar da crença na perenidade da ordem colonial como estruturadora do mundo. No arquipélago, o famigerado *massacre de 1953* ou massacre de Batepá poderá ter sugerido aos notáveis são-tomenses a necessidade de uma ruptura política com os colonos. Mas, para além de um antagonismo contido, também devido à repressão policial, esses são-tomenses ilustres quedaram-se pela inacção.

Mas não só. Tal como em épocas anteriores, apesar de se arvorar em representante dos são-tomenses, a elite cultivava a distância social relativamente aos seus conterrâneos e, sobretudo, em relação aos serviços importados para trabalhar nas roças. E parte dessa distância derivava de relações mantidas com as autoridades e mais colonos, a que, note-se, dificilmente se escapava no exíguo espaço físico e social das ilhas. Ademais, ainda na década de 50 e, sobretudo, a partir dos anos 60, o poder colonial apostou na diluição do ressentimento causado pelos eventos de 1953 e na consolidação da imagem de paz política e social. Logo, no meio insular, era difícil a demarcação clara do colonialismo, concretizado na presença de europeus com que quase forçosamente se interagia todos os dias.

Devido a apriorismos ideológicos e políticos geradores de autismo político, sustentáculo da sua feição ditatorial, o poder colonial não promoveu elites locais politicamente moderadas. Ao invés, desqualificou-as pelo silenciamento das dissensões, pela cooptação para cargos subalternos e, ainda, pela sujeição à fidelidade à situação colonial, em virtude do que os são-tomenses tinham de esconder o seu eventual apego a uma solução independentista para a sua terra. Em resultado, indirectamente, o poder colonial alimentou o radicalismo entre os jovens expatriados, também induzido pela bipolaridade política do mundo de então. Vários estudantes saídos para a metrópole enveredariam pela militância nacionalista e, nesse sentido, afirmar-se-iam como uma vanguarda contra a passividade da elite dita tradicional ou da “terra”.

Alguma tibieza política condenou esta ‘elite da terra’, outrora prestigiada pela sua relativa fortuna, mas entrementes ultrapassada pelo arrojado dos exilados. Como dissemos, os são-tomenses ilustres que ficaram pelo arquipélago tendiam a contornar

o constrangimento da subalternidade de colonizados através do convívio com os europeus. Na realidade, esses ilhéus propendiam a mascarar a discriminação racial, ensaiando torná-la invisível para os conterrâneos deles dependentes, com quem, aliás, lidavam de acordo com rígidos crivos de diferença económica e de distinção social.

Protegida na sua posição intermédia pelo imobilismo da sociedade colonial, essa elite tradicional pareceu aliciada pela política de boa vontade dos derradeiros anos do colonialismo. Com efeito, melhoraram-se as condições económicas e de vida no arquipélago. Mas, salvo diminutíssimos retoques, a estrutura de poder permaneceu intocável¹⁵. Já referimos, reféns de uma ditadura, os governantes portugueses não acautelaram a perpetuação dos seus interesses de uma possível óptica neocolonial e, menos ainda, prepararam elites locais para uma transição política que sempre tiveram por inconcebível, fosse por cegueira ideológica (para que laboravam considerando de índole racista), fosse pela pressuposta inviabilidade do arquipélago como país independente. Destroçada pelas mudanças no mundo e pela suposta aquiescência ao colonialismo, a ‘elite da terra’, cuja recusa do colonialismo não se afigurara desassombadamente inequívoca, foi varrida pelo fervor revolucionário do pós-25 de Abril¹⁶.

Em 1974-1975, os jovens independentistas foram tidos como salvadores, facto que teve repercussões nos contornos do poder político no novel país. Dada a rejeição ostensivamente radical do colonizador, os até então exilados pareciam cumprir um desígnio inédito – pelo menos tanto quanto alcançava a memória dos vivos – na história do arquipélago. Com efeito, a partir do lema da solidariedade racial e da irmandade africana, os militantes independentistas posicionavam-se contra a exploração do homem pelo homem. Algumas divergências surgidas entre são-tomenses desde o 25 de Abril até à independência foram como que secundarizadas pela exaltação com a independência vindoura e com a expulsão do colono.

Em 1975, seguros de possuírem uma chave de interpretação do mundo e da natureza humana – a ideologia (de inspiração) marxista –, os dirigentes, que se criam uma vanguarda com a missão de guia espiritual, não quiseram imaginar o quanto os seus conterrâneos e os ex-serviçais (os importados décadas antes para o trabalho nas roças e respectivos descendentes) se viriam a mostrar refractários às suas propostas ou quão longe iria a resistência aos seus propósitos de criação de um *homem novo*. As mutações políticas, gradualmente conotadas com o empobrecimento, revelar-se-iam avassaladoras no tocante ao quotidiano, obrigando ao abandono de certos padrões de vida do tempo colonial. Fosse como fosse, não conseguiriam reverter o apego a modos da vida da terra e, em particular, a aversão a uma visão do homem centrada no desempenho laboral. Por isso, também aos olhos dos dirigentes do novel país, os seus conterrâneos pareceram sujeitos a atavismos contrários ao almejado desenvolvimento das ‘forças produtivas’. A exploração pelos colonos não só fora ignominiosa como tolhera o desenvolvimento¹⁷. Mas nem por causa da independência os governantes são-tomenses lograram obter um maior

esforço produtivo, na sua óptica, fulcral para o crescimento económico e para a futura distribuição da riqueza.

Os arautos da libertação do país tinham sido aceites não apenas pela rejeição do colonialismo como pela proposta de eliminação das diferenças de classe e, de caminho, de distribuição da riqueza criada na terra. Em 1974, a exploração e as desigualdades do colonialismo foram representadas como tão mais iníquas quanto se baseavam na diferença racial. Já no pós-independência, as diferenças não assentes na diferença racial, sendo apresentadas como transitórias, deveriam afigurar-se toleráveis. Foi na alusão à necessária dignidade do Estado são-tomense¹⁸ que os dirigentes fundaram a legitimidade da sua distinção social, uma justificação possível para a prossecução de fins pessoais que, à medida que cimentavam o seu poder e riqueza, lhes pareceriam a todos os títulos legítimos¹⁹. Ao mesmo tempo, com amargura proporcional às crescentes dificuldades de sobrevivência, os mais velhos não deixavam de apontar o passado humilde dos ‘moleques’ tornados dirigentes.

Em 1974, o instrumento de modelação social resumia-se ao ideário político e aos propósitos voluntaristas de emancipação e de transformação dos homens e da sociedade. O voluntarismo implicou um apertado controlo social. Afirmando-se empenhada numa acção em prol dos conterrâneos, parte dos dirigentes – ao tempo tornados uma elite – julgava-se capaz por manipular as noções europeias de progresso e de trabalho, decretando que o desenvolvimento proviria do intenso engajamento produtivo.

Nacionalizadas as roças – alegadamente para escorar desígnios igualitários pressupostamente inerentes à colectivização dos factores de produção –, a sua estrutura laboral foi parcialmente mantida. Os dirigentes acabariam, embora de outro ângulo, por cair na questão que atravessara o colonialismo moderno, a da sujeição dos africanos aos ritmos produtivos convenientes para a acumulação de capital pelos europeus.

Não só não se alcançou o desenvolvimento, como as crescentes dificuldades económicas, particularmente nos difíceis anos 80, ameaçaram a sobrevivência dos são-tomenses em termos nunca imaginados nos derradeiros anos do colonialismo e no momento da independência²⁰, tanto mais que várias circunstâncias pareciam abrigar o arquipélago da fome. A pequenez era um dado da equação da viabilidade do país – amparado por Angola, lembre-se –, mas a natureza era pródiga e nada parecia obstar à divisão da riqueza, antes expatriada pelos roceiros, pelo conjunto da população. Porém, a despeito de tal cenário idílico, a população viria a passar por enormes privações.

Os independentistas também tinham arvorado o lema da igualdade, mas tal não foi logrado. Devido às políticas implementadas – relacionáveis com a preservação das posições sociais e com o intento da apropriação de réditos pelo Estado – os dirigentes foram responsáveis (e responsabilizados) pela perda económica das ilhas e dos são-tomenses.

Ao cabo de anos, juntamente com o desgaste causado pela imposição de fidelidades políticas no pós-independência, a perda económica concitaria uma sorte de criticismo que, embora sem reflexos aparentemente tangíveis na evolução política, acabaria por criar um ambiente favorável à mudança de regime político²¹.

Nesse tempo, prevaleceu a convicção de que a recuperação do país passava pela renovação da classe política e, correlatamente, por novas formas de participação social e política. Da mesma forma, demandava-se (e demanda-se) a emergência de novas elites qualificadas técnica, científica e politicamente para um exercício do poder atinente à coesão social e, na circunstância, à superação definitiva dos problemas económicos e sociais avolumados durante quinze anos de partido único.

Tal como no tempo colonial, sem prejuízo de novas roupagens e de alguma mobilidade social na base, a elite gerada pela independência não só cristalizou como não ultrapassou a disjunção social relativamente aos menos diferenciados.

A recriação das elites em contexto de empobrecimento e de disjunção social: do atrofimento de potenciais elites à nomenclatura com posses

O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante, MLSTP) chegou ao poder com uma visão elitista: tomava-se como um grupo de iluminados, mormente pela militância em prol da independência e da reconstrução do país. Pretendia querer metas igualitárias que, todavia, significavam um fosso entre o comum da população e os dirigentes.

Após 1975, não se enveredou pela diversificação da vida colectiva nem pela criação de elites, ainda que se tenha erigido um grupo dirigente. Ao mesmo tempo que se personalizava o poder, vituperava-se o individualismo. Apesar de aparências em contrário, quis-se a sociedade são-tomense tutelada, a mobilidade social controlada e a emergência de elites contida, o mesmo é dizer, determinada desde cima. A preservação do poder – justificada, precisamente, pela feição visionária da equidade social a prazo²² – tornou-se o principal móbil dos dirigentes políticos, que demandavam lealdade em troca de favorecimento.

O controlo político estendeu-se a todas as áreas da vida colectiva. Depois da independência, as opções económicas, nomeadamente na agricultura, foram tomadas em função de desígnios de controlo da sociedade, tentando eliminar potenciais tensões e conflitos. O MLSTP optou por preservar a estrutura produtiva instalada e, com isso, prevenir a mobilidade social, de outro modo eventualmente suscitada pelo desempenho económico variável de acordo com motivações e capacidades individuais.

De alguma forma, esta política económica também visava o controlo do acesso ao círculo do poder ou, no fim de contas, da reprodução de um grupo restrito, supostamente distinto pela sua função de vanguarda política, conquanto essencialmente composto de indivíduos escolhidos pela sua lealdade face à liderança

política personalizada. Concomitantemente à concentração de poderes na cúpula do MLSTP, afunilou-se o campo de recrutamento dos dirigentes e, naturalmente, cresceu a dissociação entre os protagonistas do poder e a sua base social de apoio.

Também por causa deste fosso crescente entre dirigentes e a população, no pós-independência ocorreram sucessivas dissidências no MLSTP, o que, sendo atribuível às vicissitudes próprias de processos de mutação política e social, deve ser tomado como indicador do peso dos constrangimentos políticos e sociais, do défice de capacidade política e técnica para a complexa condução do país e, ainda, do rompimento do consenso em torno dos desígnios do líder, Pinto da Costa. Em resultado dessas dissonâncias, militantes saíram do arquipélago ou abandonaram o MLSTP. Mais uma vez, perdiam-se elementos qualificados, não só em virtude da evolução política²³, quanto também pelas escassas oportunidades para os quadros que aspiravam a alguma ascensão social fora da política.

Dito de outra forma, na cúpula política foi-se privilegiando a prossecução de interesses pessoais, que, mais do que propósitos políticos ou metas ideológicas, guiariam os políticos já desde os tempos do exílio. A título de hipótese, aduz-se que, após 1975, os dirigentes do novel país terão reproduzido a luta pessoal pela proeminência que remontava aos tempos de exílio, do CLSTP e do MLSTP²⁴. Perante a aparente resiliência de tais condutas, alguns consideram como inevitável a conflituosidade subsistente nas ilhas.

Como se referiu, a contenção política e a concentração da autoridade na cúpula do MLSTP serviram para neutralizar politicamente alguns opositores, empurrando-os, tanto pela ameaça quanto pela falta de oportunidades de sobrevivência, para o exílio. Por conseguinte, desperdiçou-se parte do saber necessário à salvaguarda das instituições e ao desenvolvimento do país. Prolongando a expulsão dos colonos, esse afastamento de pessoas qualificadas teve efeitos corrosivos que não se esgotaram no mero défice de competência técnica. Esta competência ligava-se a uma ética de procedimentos burocráticos e administrativos, transmitida à sociedade, pela qual, porventura tanto quanto pela posse de bens, a população aferia da equidade social. Ora, ao mesmo tempo que se revelava incapaz de garantir serviços e bens, firmando a convicção popular de estar ao serviço do grupo restrito da cúpula dirigente, a administração estatal, instrumentalizada pelos dirigentes do MLSTP, tornava-se sinónimo de discricionariedade, mais gravosa em tempo de carência extrema de bens essenciais como, por exemplo, leite, pão, água e electricidade.

A prazo, também por esta via se esboroou uma ética de trabalho, sedimentada pelo desempenho das instituições coloniais ao longo de decénios, e se corroeram as relações sociais²⁵ e a coesão política, gradualmente identificada com a estrita adesão aos desígnios revolucionários, quando, diferentemente, ela deveria ter assentado na participação nas instituições, o mesmo é dizer, na integração política da população. Obviamente, à medida que os desígnios revolucionários se tornavam uma canga, esboroava-se essa coesão política.

Concomitantemente à desregulação social, em muito devida à perda económica e à falência das instituições, incentivava-se a população a participar em rituais políticos e em assembleias esvaziadas de efectiva capacidade decisória. Apesar das proclamações ideológicas em contrário, a actividade política tornara-se um exclusivo dos dirigentes, recrutados de acordo com os preitos de lealdade e as afinidades clientelares. Um grupo restrito de novos dirigentes decidia (não raro, casuisticamente) à margem das estruturas oficiais de representação e decisão política. As lealdades pessoais tornavam-se mais importantes do que a institucionalização das relações sociais e das decisões políticas.

Ora, este proceder manteve-se como que inalterado, sobrevivendo à mudança, em 1990, do regime de partido único para a democracia representativa. Embora abrindo espaço para novas vias de acesso à proeminência económica e social (que já não apenas a partir da alocação estritamente política das oportunidades), o regime multipartidário não trouxe uma revitalização dos desempenhos de elite conducentes ao reforço da coesão política e social²⁶.

Como noutras transições políticas, a mudança para o multipartidarismo foi conduzida por pessoas com pouca prática de procedimentos democráticos²⁷. Digase, tal não tem sido óbice maior a um elevado padrão de respeito pelos direitos humanos, designadamente pelos direitos políticos e civis. De igual modo, em termos formais, na cúpula do Estado têm-se observado as regras do funcionamento democrático.

Porém, sem embargo da rotação de maior número de indivíduos pelo poder, como se disse, da liberalização política não emergiu uma nova elite ou, noutros termos, esta não terá contribuído decisivamente para uma delineação de um horizonte para o país, nem alterado a sua distância face ao comum dos cidadãos.

Para além das mudanças políticas, permanece uma classe-Estado ou, consoante as apreciações da *rua*, *políticos* que pautam a sua conduta pela duplicidade e pelo enriquecimento. Nas ruas, a cedência a visões estereotipadas acerca da natureza humana – e, por vezes, à racialização das condutas, na esteira do sucedido no tempo colonial – leva a não esperar dos dirigentes um comportamento consentâneo com uma liderança idealizada em prol da sociedade ou tão-só de acordo com as suas promessas políticas.

Ainda que conceptual e analiticamente cumpra distinguir elite de classe-Estado, no arquipélago, a elite tende a resumir-se à nomenclatura. A elite – ou classe-Estado, porquanto o desempenho de cargos políticos é principal fonte de enriquecimento e, daí, de distinção social – tende a eleger como alvo a instrumentalização do Estado (e das ONG's) para sedimentar a sua proeminência económica²⁸, assente, não na criação de riqueza, mas nos ganhos decorrentes da gestão dos fluxos financeiros. Como no regime de partido único, também após a liberalização política se acentuou a diferenciação entre a classe-Estado e o grosso da população. E se, como se aduziu, a relativa homogeneidade cultural no arquipélago tende a obnubilar o desfaseamento

entre os discursos entre governantes e as vozes dos governados, o certo é que esse fosso crescente labora no sentido de tornar rala a coesão política e social.

Note-se que, embora em diferente escala, a elite partilha com a população a dependência do Estado. A elite (ou os sujeitos politicamente proeminentes) não se distingue da população no tocante à expectativa do papel do Estado interveniente nas várias áreas da vida social, desde a económica à cultural. Assim, os proeminentes esperam apoio económico para os seus empreendimentos, enquanto, acrescenta-se, a população (des)espera por uma política de cariz assistencialista que atenda às necessidades básicas.

Diga-se, na esteira do sucedido no tempo colonial e embora com diferenças de natureza política e social, em 1975, o Estado foi alcançado a instância fulcral do devir são-tomense²⁹. Mais, o Estado tornou-se, por via do seu protagonismo económico, uma instância determinante para a sobrevivência dos indivíduos. Na realidade, e não obstante o recuo das suas funções sociais e da sua autoridade, em São Tomé e Príncipe, o Estado manteve-se como instância económica crucial, quase omnipresente no imaginário popular. Actualmente, tende a requerer-se do Estado um ambiente favorável às iniciativas económicas. Todavia, na prática, o Estado é, não um regulador, mas um decisor da atribuição de recursos e de oportunidades, inevitavelmente em favor de uns e em detrimento de outros. A crença na ideia de que um crescimento económico forçosamente se repercute num ganho, ainda que diferenciado, para toda a população, não tem curso em São Tomé e Príncipe ou é preterida pela percepção, escorada no percurso pós-independência, de que as oportunidades, escassas e, sobretudo, irrepetíveis, se destinam apenas a alguns.

Pela dependência do Estado – plataforma de fluxos de capitais e de oportunidades – e pela percepção da sua valia na organização da vida colectiva, não é expectável que o Estado se desagregue completamente (ou que seja, sequer, reelaborado de acordo com imaginados padrões de vida local que lhe confeririam uma suposta autenticidade são-tomense ou africana). Apesar de objecto de múltiplas apropriações, de investimentos e de impulsos hegemónicos de vários sujeitos com maior ou menor suporte de grupos sociais, o Estado, apesar de debilitado e ineficiente³⁰, permanece como referência ordenadora da sociedade para os múltiplos actores políticos e sociais, conquanto não necessariamente para indivíduos situados nas margens do escasso amparo social. Estes socorrem-se de esquemas informais de sobrevivência, enquanto vai baixando o seu nível de necessidades básicas.

Numa sociedade em profunda mutação, com desequilíbrios sociais graves, o processo de reprodução e recomposição das elites (ou, nalguma medida, dos dirigentes) não se faz sem conflitualidade, mesmo se contida nos parâmetros da adversidade democrática. Embora possa não ser pertinente para explicar a actualidade, vale a pena lembrar que, em vários períodos da história do arquipélago, se encontram episódios de manipulação das instituições para neutralizar

adversários. Tal também parece suceder actualmente com a instrumentalização do Estado para aumentar vantagens e arredar adversários. A conflituosidade – parte dela descrita, na gíria política, como ‘instabilidade institucional’ – confirma a percepção popular de que o fito dos governantes é o bem próprio e não o bem comum. Sabemo-lo, a percepção popular é enviesada, mas, em todo o caso, levanta a questão dos fins da acção dos políticos, os quais, segundo os crivos (aparentemente simplistas) das pessoas da rua, não inspiram confiança.

Este sentimento popular, progressivamente arraigado desde a independência, começa a ter tradução em estudos e opiniões que se debruçam sobre as elites, as respectivas performances e o futuro do país. Como se disse, actualmente questiona-se a capacidade da liderança política e técnica e, daí, também a indefinição de um modelo de desenvolvimento para o arquipélago, matéria tão mais pertinente quanto vai assentando a convicção dos riscos ligados ao uso desacomodado de possíveis receitas do petróleo, que, de resto, teimam em tardar.

Em parte, tal prende-se com o amparo político e económico à formação de uma nova classe dirigente por parte do poder no pós-independência. Conformemente ao observado noutras partes de África, com a política de estatização da economia decretada pelo MLSTP, o Estado tornou-se num agente económico quase único, com o que se fomentou o crescimento da burocracia. Com isso, o MLSTP confirmou a centralidade ao Estado, tornando-o esteio de políticas sociais (mormente no domínio da educação) supostamente inculcadoras de identidade são-tomense e tendencialmente promotoras de coesão política. Porém, a opção de estatização também fez do Estado uma instância política facilitadora da acumulação económica de certos indivíduos, o mesmo é dizer, que se tornou plataforma de criação e de reprodução das elites. O grosso da actual elite (aqui sinónimo do conjunto dos indivíduos economicamente diferenciados que giram em torno do poder) constituiu-se como tal a partir do acesso às possibilidades económicas proporcionadas pela ocupação de cargos cimeiros no Estado.

Este processo foi evidenciado pela liberalização económica, iniciada ainda antes da mudança política mas muito mais arrastada no tempo. Por exemplo, o processo de distribuição de terras tornou especialmente visível a transformação da elite político-burocrática em grupo possidente, que não necessariamente empreendedor. Como era previsível, o tirocínio político não se transmudou num desempenho económico. Mais, o propalado incumprimento dos políticos qualificados de empresários legitima o incumprimento generalizado de obrigações contratuais e acentua a desregulação das relações económicas e sociais³¹, iniciada, aliás, ainda durante o regime de partido único.

Visões globais e projectos políticos enformados por valores ligados a uma dada consciência social (propagandeados, por exemplo, em 1974-1975) cederam ao peso do poder económico e às relações mantidas por conta das práticas de *rent seeking*, seja a da apropriação da terra, seja a induzida pelo horizonte do petróleo.

No arquipélago, salvo raras excepções, a diferenciação económica e social não se desdobrou num desempenho de elite³², que cumpre distinguir de actos paternalistas ou de mecenato com maior ou menor cálculo político. E, num certo sentido, uma definição da elite insular terá de ser muito abrangente e lassa³³, pouco compaginável com uma liderança política, socialmente prezada pelo compromisso na inculcação de valores e na promoção de metas cruciais, entre elas, o combate à pobreza. Justamente, o juízo popular acerca dos dirigentes é o oposto desta idealização. À elite – noção ausente da percepção popular, para a qual apenas existem os ‘dirigentes’ ou ‘políticos’, quando não os ‘ladrões’ e ‘corruptos’ – pertencem os economicamente diferenciados que orbitam na área de poder e que, por via das benesses do Estado, majoram a sua riqueza relativamente aos padrões vigentes no arquipélago.

Aparentemente, os proeminentes locais têm cada vez mais posses e, numa razão directa, alguns deles terão cada vez menos laços com a terra. Alguns não terão a riqueza no país³⁴ e, afora laços clientelares e familiares e certos traços culturais, cuja relevância social e política poderá tender a decrescer, já têm pouca afinidade com o grosso da população.

Dada a sua pobreza, muitos são-tomenses encontram-se arredados da cidadania, excepto no particular do direito de voto, de que parte substancial prescinde. Portanto, cava-se o fosso entre elite e a restante sociedade, acentuando-se os traços de disjunção social.

Actualmente, que elites? A demanda da representação política e de compromisso social

Alguns inferem das tarefas de reconstrução das sociedades uma visão supostamente indiscutível sobre a necessidade de elites, isto é, de um desempenho político diferenciado que, simultaneamente, fomente a integração e coesão políticas e mobilize a população para objectivos políticos e sociais consensuais. No arquipélago, sob variados matizes – seja um relatório de consultoria, seja uma opinião mais panfletária onde se recusa a realidade política actual –, textos e documentos sobre o devir do arquipélago pautam-se por um tom fortemente crítico do desempenho dos políticos, a que alguns reduzem a elite local. Nesses escritos concorrem desilusões, idealizações que não colam à realidade, rendições perante um curso da história que parece insusceptível de inflexão e, ainda, intuições relativas à eventual continuação da trajectória de perda do país, à primeira vista confirmadas pelas sucessivas desilusões com a acção de políticos eleitos, não raro, pelas suas promessas de mudança e de regeneração da vida colectiva. Embora rareiem os estudos, lavram-se tomadas de posição. Mas, por efeito da redução das várias vertentes da vida colectiva à luta político-partidária, o comum das enunciações tende a ser tomado como parte da barganha política (quando não pessoal) e como indício da vontade de chegar ao poder. Tal imputação

de intenções terá um fundamento: hoje, quando não dependentes de lógicas clientelares, desarticulados ou, ainda, fora do país, os elementos qualificados e capazes de desempenhar funções diferenciadas não deixam de estar cativos da dura sobrevivência no dia-a-dia, experimentada pelo grosso da população, destino a que, obviamente, todos desejam poder fugir.

Como se chegou aqui?

Cumprе lembrar que, a pretexto da autenticidade da pertença são-tomense, se arredaram companheiros de luta política, entrementes desafectos porque inconformados com a centralização do poder. Instilaram-se o receio, a duplicidade e o calculismo, criando-se um ambiente avesso ao florescimento de elites e à sua intervenção no (reduzido) espaço público, ademais, avassalado pela hegemonia dos *slogans* políticos e ideológicos.

Nalguma medida, a fraqueza da elite reflectiu a debilidade do projecto nacional. A tendência para o enquistamento do núcleo decisório foi-se acentuando e, sem prejuízo das dificuldades da comparação, não terá sido menor depois da independência do que o fora no tempo colonial.

Relacionada com este fechamento, após 1975 perdurou uma outra similitude com o colonialismo, a saber, a do monopólio do relacionamento com o exterior, que os dirigentes guardaram para si. Afinal, esse monopólio, que tinha sido o garante da supremacia dos europeus e, em espacial, dos roceiros, continuaria a proporcionar oportunidades aos dirigentes, que se apossaram do novel Estado, instância de mediação das relações externas.

Após anos de aparente imobilismo, o quadro alterou-se radicalmente e as relações externas ganharam múltiplas dimensões. Porém, perdurou uma dinâmica de atrito entre os que ficaram e se apropriaram do poder e vários expatriados que não perdem de vista a deriva da sua terra. É do exterior, onde o acesso a cargos políticos na terra se afigura muito mais improvável, que emana parte substancial da crítica à fraca capacidade técnica e institucional da elite ou dos dirigentes.

No arquipélago, desvaloriza-se o que é dito e escrito no exterior³⁵. Por exemplo, entre os inconvenientes da formação fora do país³⁶, aponta-se o desajustamento dos contributos do exterior para a resolução dos problemas sociais e das propostas de desenvolvimento elaboradas sem ponderação da realidade local. Independentemente da pertinência deste diagnóstico, assim abstractamente formulado, ele poderá dar azo a um fechamento de perspectivas e à prevalência de juízos arbitrários e enfeudados à lógica clientelar que parece prevalecer em São Tomé e Príncipe, onde, note-se, as elites também não cuidam de avaliar o fosso entre as suas proclamações e as reivindicações da população.

Por ora, os expatriados qualificados não têm possibilidades de um efectivo protagonismo. Desde logo, porque a diáspora não tem a profundidade histórica, a dimensão demográfica e o peso económico e social comparáveis aos de diásporas

de outros países. Depois, porque não elencando a emigração como uma prioridade da política, as autoridades são-tomenses não contemplam, senão ocasionalmente e com propósitos de celebração ou de cálculo político, o papel da diáspora. De certa forma, os elementos da diáspora são tidos como indivíduos tornados diferentes. Nestas circunstâncias, o contributo da diáspora para a renovação das elites e das práticas políticas deverá permanecer mínimo.

E, não obstante este alheamento face ao contributo dos expatriados, é interessante notar como, em mais de três décadas de independência, os líderes chegaram de fora, fosse, literalmente falando, do território, fosse do sistema político e do círculo das cumplicidades políticas operantes na terra³⁷. Com efeito, em sucessivas conjunturas históricas, foi como se a demanda de individualidades com contornos redentores sobrepujasse a crença nos elementos diferenciados a viver na terra. Tal indicará o escasso reconhecimento de individualidades locais, seja pela avaliação dos seus percursos – depreciados pela própria condição em que as ilhas jazem –, seja por uma espécie de tendência de uma micro-sociedade dependente e pobre para gerar expectativas relativamente a figuras salvadoras porque supostamente não contaminadas pela perda da terra.

Tal não significa necessariamente um prenúncio para o futuro, mas como que denota alguma incapacidade local de produção de personalidades políticas com reconhecimento e, por conseguinte, com capacidade de liderança. Num outro contexto político, essas figuras poderiam emergir de um desempenho de elite que contemplasse, por exemplo, debates aprofundados sobre as soluções para os vários problemas políticos e sociais. Numa síntese grosseira, dir-se-ia que a evolução recente parece provar a incapacidade da sociedade insular de produzir elites. E, sendo assim, de fortalecer lideranças e de propiciar consensos.

Ora, uma convicção difusa da dificuldade de forjar elementos com reconhecimento social pode aumentar a descrença, fazer germinar sentimentos anti-sistema e impelir a pulsões favoráveis a mudanças de regime político a que, quase invariavelmente, se juntam justificações alusivas à imperiosa regeneração do tecido social, mandantes incluídos.

Na realidade, diferentemente de outrora, o conformismo popular perante a canga do empobrecimento já não está sozinho no cenário político são-tomense. Devido à abertura política, ao maior relacionamento externo e às mudanças no mundo, lavra maior consciencialização dos direitos individuais e, correlatamente, das feridas sociais. No limite, a demanda para as resolver pode transmutar-se na reivindicação de um *pulso forte* que reponha a ordem e os valores. Independentemente dessa consciencialização vir, ou não, a revelar-se operante, o desempenho dos políticos – na circunstância, a elite existente – tornou-se objecto de escrutínio social³⁸. O sentimento geral é o de um vazio de ideais e, conseqüentemente, de lideranças numa sociedade pautada por uma lógica entrópica e atomizada. Esse sentimento parece corroborado pelo facto de os indivíduos diferenciados exibirem códigos culturais, comportamentos e bens, de que parte substancial dos são-tomenses está apartada.

Num certo sentido, a proeminência e a dominação assentam hoje num consenso tácito no tocante à democracia, supostamente enraizada na idiossincrasia dos são-tomenses (como sustentam alguns ilhéus, que nem por isso abdicam de defender a adaptação local dessa democracia), na rendição à ideia de que não há sistema político melhor (até por força da conjuntura internacional) ou, ainda, na indiferença perante a política. Dir-se-á, o conformismo que se adivinha nalgumas atitudes sugere que as (potenciais) elites se mostram incapazes de idealizações políticas e sociais mobilizadoras dos são-tomenses. Logo, a espaços, estes quedam sensibilizados por um ou outro *slogan* político, mas, cada vez mais, pelo *banho*, denominação da generalizada compra do voto com a oferta de bens ou com dinheiro.

Aparentemente, a maioria dos políticos parece rendida à necessidade do *banho*³⁹. O *banho* vem em crescendo, praticamente inviabilizando a afirmação de quem não passe pelas lealdades com que acede a meios financeiros para competir politicamente. Com isso se desincentiva a participação política e a emergência de elites capazes de mobilizar contributos de diversa ordem para a composição social em São Tomé e Príncipe.

No que, a meu ver, traduz alguma perplexidade, adesão a modismos e, ainda, intuição da incapacidade de determinação do futuro, a auto-representação da elite são-tomense passou do viés eurocêntrico⁴⁰ para a pretextada adesão às raízes culturais africanas. Enquanto isso, assiste-se à pulverização das arquitecturas morais e sociais de outrora e à consequente perda da tutela política e cultural sobre as “massas”, mais atreitas a visões do mundo à primeira vista arredias da política, por exemplo, as religiosas.

Em jeito de síntese, tal equivale ao falhanço da promoção activa da cidadania e da participação política, metas das quais alguns dirão, com uma lucidez que se poderia chamar de resignação, não serem tarefa de um governo, nem sequer de uma geração.

Notas conclusivas

É possível que o padrão de actuação das elites seja tributário não apenas das ideologias, do pragmatismo (com maior ou menor verniz técnico e burocrata) ou, ainda, da contingência que parece guiar a política são-tomense, mas também da história. Perduram as semelhanças com o colonialismo, tempo de criação de uma nova sociedade por meio da imposição de um apertado controlo social. Não sendo uma herança incontornável, a rigidez da sociedade colonial foi mantida no pós-independência por convir aos dirigentes que, previsivelmente, justificavam (e justificam) as diferenciações sociais pelas desigualdades herdadas do colonialismo. Por quanto tempo padrões relacionáveis com a história e, concretamente, com o passado colonial prevalecerão, balizando as condutas políticas e sociais, impedindo a emergência e a recriação de elites e, eventualmente, a mobilidade social e o

desenvolvimento? Parecendo evidente que o colonialismo tem responsabilidade na falta de elites, também se alvitrará que os são-tomenses – mormente os que têm responsabilidades políticas – parecem menos sensibilizados para a premência de actuações políticas que, pelo menos, confirmam fiabilidade à interacção política e à acção governativa, prevenindo rupturas sociais.

A coberto da construção do socialismo, primeiro, e do combate à pobreza, depois, não se encetou uma discussão sobre as raízes e a perpetuação das diferenças económicas nem sobre as distinções sociais produzidas desde a independência. Nas ruas, tais processos são percebidos como inter-relacionados a partir da convicção de que os percursos de enriquecimento se devem ao malbaratar dos recursos, quando não à corrupção.

Enquanto isso, as elites permanecem vinculadas ao Estado sem meios próprios de distinção, sem o apoio de instituições independentes do poder político e sem ligações externas que lhe amparem um desempenho política e socialmente autónomo. Contra as peias sociais, dir-se-ia uma necessidade a afirmação das elites, traduzida na distância face aos políticos, no fortalecimento da sociedade civil e no alargamento do espaço público. Para isto, o papel das elites afigura-se crucial.

Porém, estas parecem enredadas no ambiente de pobreza das ilhas. Rareiam as tentativas de (auto-)tipificação das elites, da sua génese e da sua reprodução, bem como as reflexões sobre as consequências destes processos no devir social. Tal alheamento tem como efeito a ausência de um sentido de premência da representação política e social plural e, bem assim, das respectivas implicações na modelação da sociedade. Neste particular, até pelas dificuldades políticas, o exercício crítico é substituído pela idealização do arquipélago, conducente a modismos vertidos, por exemplo, na expressão *ilhas maravilhosas*. Incumbindo-se da elaboração de uma súpula cultural, eventual esteio de uma moral dos laços sociais e políticos, alguns intelectualmente diferenciados lembram o necessário encontro com as raízes africanas, como que pretendendo reinventar uma tradição à margem da modernidade que, para o comum dos são-tomenses, se há-de traduzir no acesso aos bens de que os considerados privilegiados não prescindem.

De alguma forma, o discurso laudatório de uma identidade própria pretende repor um espaço de autonomia e de determinação do destino, como se o girar do mundo e, diga-se, do arquipélago não fosse determinado desde fora. Repor parte da capacidade de determinação do futuro nas mãos dos são-tomenses implica, mais do que agitar lemas panfletários de matiz supostamente africano, lucidez e corajoso espírito crítico face a práticas governativas que traçam fronteiras sociais dentro do arquipélago, apartando são-tomenses entre si.

Este será o desempenho de elite de que o arquipélago carece. Vai sendo urgente reparar o fosso entre a elite e os governados empurrados para as duras circunstâncias da vida moderna sem beneficiarem dos ganhos da modernização, mas, em todo o caso, crescentemente conscientes dos seus direitos a viver como os demais homens noutras partes do mundo. De outra forma, e na falta sequer

de representação política, os marginalizados deixar-se-ão tomar pelo desânimo, avultando, então, o ressentimento pela injustiça da irreparável assimetria entre eles e os *políticos*, uns e outros são-tomenses.

Notas

1. Por exemplo, Bonfim, F., (2001: 7).
2. Carvalho menciona a faculdade que o poder político tem de distribuir rendimentos e de, com recurso a critérios de inclusão/exclusão, alocar, ou não, oportunidades de promoção socio-profissional como meio da sua própria legitimação. Logo, a crítica social queda condicionada pela expectativa dessa decisão, o que justifica, por exemplo, algum oportunismo ou passividade da parte da elite intelectual, cf. 2001: 113.
3. No futuro, talvez importasse estudar a importância desta elite de dirigentes e a relação com o grosso da população, que se reveste de especificidades derivadas da micro-insularidade.
Por exemplo, segundo alguns autores, até hoje as movimentações sociais internas contaram pouco na determinação do curso do país, um dado relevante para avaliar as modalidades de participação social e o papel das elites nas instâncias políticas e no ralo espaço público arquipelágico.
4. Mata distingue elite, capaz de pensar valores com “projecção societária”, de “classe dominante”, equivalente a ‘classe social’ (2004:90), comumente identificada com classe-Estado.
5. Veja-se Mata (2004: 89-90).
6. A existência de petróleo na Zona de Exploração Conjunta com a Nigéria e na Zona Económica Exclusiva poderá suscitar uma política de *rent seeking*, a qual, a exemplo do sucedido outrora com demais fontes de riqueza no arquipélago e noutros países, se poderá revelar avessa à mobilidade social e, em última análise, ao desenvolvimento.
7. Em disputas eleitorais não muito distantes, a questão do petróleo foi um tema tabu das campanhas, o que, por si, indicia o pouco apreço pela participação dos cidadãos na vida política.
Já nas eleições de 2010, alguns dos virulentos lemas contra o governo em exercício diziam respeito ao alegado roubo do petróleo são-tomense que, de conúbio com Portugal e Angola, o governo então derrotado se prepararia para perpetrar; a este respeito, veja-se Nascimento (2010).
8. É difícil ser taxativo, mas talvez se possa dizer que a imagem politicamente aceitável no exterior pode funcionar como factor de restrição das condutas políticas, mormente por causa do volume não despreciando dos financiamentos externos.
9. Alguns críticos da dependência do país de agendas externas – por vezes, de alcance inconsequente, contraditório e até contraproducente – aludem à necessidade da reelaboração local dessas agendas. Mas, frequentemente, limitam-se a essa anotação de pendor emblemático.
10. Em todo o caso, a despeito da relativa homogeneidade cultural, na *rua* vai grassando a percepção da disjunção entre governantes e governados. Assim o indica a sem-cerimónia com que nas ruas os políticos são apodados de *ladrões*.

11. De modo algum se adopta um apriorismo teórico relativo a um consenso ou a uma auto-regulação como um fim ou um factor necessariamente constitutivo das sociedades. Tão-somente se considera que, ainda na época colonial, se começara a tecer um acordo tácito em torno de condições básicas de vida, o qual, nas convulsões do advento da independência, o MLSTP não negou, antes pretextou querer aprofundado.
12. Se, nos derradeiros anos, se parece ter contido o avolumar da pobreza, a verdade é que a percepção de empobrecimento é a que prevalece, seja em resultado da trajectória desde a independência, seja por causa das crescentes assimetrias económicas.
13. Em parte, a falta de estudos empíricos sobre as elites prende-se com a escassez de produção científica no arquipélago. Realcem-se trabalhos de são-tomenses onde a questão das elites foi tocada, a saber, os de Feliciano Bonfim ou de Arlindo Carvalho. Essa falta de estudos também derivará da inexistência (adiantam alguns) ou da debilidade das elites e, por extensão, da sociedade civil, que tende a ser absorvida pela política (por exemplo, Nascimento 2007a). Na realidade, escasseiam as possibilidades de realização cultural, económica e social fora do exercício do poder e da correlata apropriação e instrumentalização do Estado. Mas a disputa e o exercício do poder, como, a outro nível, a luta pela sobrevivência, também não deixam muito espaço para outras formas de realização individual e colectiva, quiçá típicas da condição de elite.
14. Nascimento (2005).
15. Retrocedendo, relembre-se que, para combater as críticas nos *fora* internacionais, as potências coloniais puseram na ordem do dia questões como a do desenvolvimento e, por arrasto, a da valorização do trabalho africano. Após a II Guerra, o desenvolvimento emergiu no discurso oficial, qual instrumento de legitimação do poder colonial contra um ambiente internacional hostil e contra o criticismo nacionalista (por exemplo, Young 2004: 27). No arquipélago, mais do que desenvolvimento, falou-se de metas de índole social. Por exemplo, providenciou-se mais educação e saúde. Ter-se-á tentado aumentar as receitas fiscais, durante décadas limitadas pela influência dos roceiros, e, possivelmente, houve lugar à ajuda financeira da metrópole colonial. Nos derradeiros anos do colonialismo, não se descurou o equilíbrio financeiro da província, mas apostou-se na promoção do bem-estar da população através do aumento dos rendimentos disponíveis e da ampliação dos serviços sociais (numa perspectiva comparativa, e salvaguardadas as diferenças, atente-se no diagnóstico do assistencialismo no período do tardo-colonialismo em Cabo Verde, cf. Silva 2001. Ao tempo, a governação parecia pautada pela convicção da perenidade da arquitectura política colonial. Alguns ilhéus prosseguiriam estudos na metrópole, com que se iniciava, cautelosamente, a respectiva promoção social.
16. Apesar do voluntarismo transformista imperante após 1975, os laços familiares laboraram no sentido de os decisores políticos terem alguma deferência para com os sobreviventes dessas famílias, em tempos idos, ilustres. Mas o reconhecimento de uma certa distinção apenas os isentava de obrigações demandadas ao comum dos *nacionais*.
17. Previsivelmente, e à medida que avultavam as dificuldades, os dirigentes acusaram o colonialismo de ter obstado ao desenvolvimento. Não se trata de uma acusação infundada, mas merece ser avaliada. Se, com essa alegação, queriam assinalar o que a extroversão económica continha de contrário à criação de dinâmicas internas de acumulação, os dirigentes independentistas estavam certos (conquanto, então, fique

por explicar por que mantiveram a estrutura produtiva do tempo colonial). Se com essa alegação queriam justificar as dificuldades materiais – traduzidas no dia-a-dia de crescentes privações e imprevisibilidade –, então a acusação reveste-se de uma nota demagógica por elidir parte do problema.

18. Diga-se, na esteira do respeito pela autoridade legado pelo colonialismo, no pós-independência a alusão à dignidade das funções do Estado encobria estratégias de indivíduos e de grupos, cujo fito era a majoração das vantagens das funções de representação e, adicionalmente, a preservação da sua posição social diferenciada. O consenso tácito em torno das funções do Estado tornou-se indissociável da repartição, quicá veladamente conflituosa, dos bens veiculados através do Estado.
19. Referindo-se à corrupção, Falola sustenta que ela tem raízes na era colonial. Porém, também aduz que, para a elite engajada na luta de libertação, um dos objectivos era a obtenção do poder para os seus fins pessoais. Após as independências, a cultura da patrimonialização prevaleceu sobre a da meritocracia, cf. 2003:80 e ss.
20. Em São Tomé e Príncipe, os dirigentes independentistas tinham diante de si um nível de vida aparentemente garantido (ao contrário, em Cabo Verde, a possibilidade da fome parecia de tal modo ameaçadora que, apesar da plurissectar identidade cultural, lançava dúvidas quanto às vantagens da independência). Porém, com o empobrecimento do país no pós-independência, essa garantia esvaneceu-se.
21. As razões que conduziram à mudança de regime político no arquipélago têm suscitado discussões onde interferem afectividades e auto-representações de um dado protagonismo político.
De acordo com Seibert, para a mudança política de 1990-91, o comportamento da elite dirigente foi mais importante que as pressões populares cf. 1999:7, o que equivale a dizer que a actividade política era um exclusivo de um grupo restrito.
Na circunstância, a importância da elite dirigente avultou pela ausência de movimentos de reivindicação social e não tanto por uma actuação assertiva de elementos de uma elite mobilizadora da restante população. O processo de transição para o multipartidarismo, quando não decididamente impulsionado pelas pressões internacionais e pela situação económica, foi-se desenhando nas cúpulas do poder e no círculo próximo de Pinto da Costa, tendo este tido um papel importante nessa transição política.
22. A massificação do ensino cumpriu uma função ideológica e mistificadora porquanto alimentou a ideia falsa de uma mobilidade por via da instrução escolar. Na verdade, inicialmente assistiu-se à ascensão social de parte da população escolarizada, mas, posteriormente, essa mobilidade social não se ampliou nem se repercutiu, por exemplo, na renovação da elite. Ao cabo de anos, mantém-se o fosso entre a elite e o comum dos são-tomenses.
23. Apesar de ser considerada uma ditadura fraca, os constrangimentos do regime monopartidário foram suficientes (até pelas dificuldades económicas) para provocar o abandono da terra por parte dos mais capacitados (Cahen 1991:134). Também Hodges e Newitt realçaram a expatriação de elites em resultado de dissensões políticas e da escassez de oportunidades, cf. 1988:105.
De acordo com João Bonfim, desfavorecidos e afectados economicamente, os membros da elite sofreram com o totalitarismo, a intolerância e a luta insana pelo poder (2000: 120), o que levaria alguns deles a abandonar o país.

24. Por exemplo, Seibert (1999: 406).
Esta perspectiva foi como que adoptada por autores são-tomenses. Segundo João Bonfim, até 1975 prevaleceu a unidade em torno da libertação da pátria, a despeito de conflitos na organização que ‘dirigia a luta de libertação nacional’. Porém, acrescenta, a importância desses conflitos no ante-25 de Abril ... ‘é de facto tão grande que passou a marcar e muito intensamente a evolução política pós-colonial’ (2000:80 e ss). Num certo sentido, é como se as elites estivessem reféns de um passado de disputa pela proeminência no pequeno meio insular, disputa que, no fundo, as divergências ideológicas e políticas não fariam senão reflectir.
Veja-se também Branco e Varela (1998:38-39).
25. Nascimento (2004).
26. Seibert defendeu que da democracia não resultou uma política económica clara, uma administração eficaz, nem, por fim, um crescimento económico real. Em parte, tal deveu-se ao comportamento político e institucional marcado pelo clientelismo, nepotismo e pela corrupção endémica. Ainda segundo Seibert, os recursos externos foram usados para consumo particular e para divisão por clientelas, mais do que para investimento (1999: 290), um facto avesso a uma lógica de acumulação endógena.
27. Por exemplo, Seibert (1999: 291).
28. Seibert relaciona a assistência internacional e a criação de uma elite rica cf. 1999:289-290, o que ocorre paralelamente ao avolumar das assimetrias sociais.
29. Ao arrepio, portanto, do sugerido por abordagens que relativizam a centralidade dos Estados no curso da política nos países africanos, salientando, por exemplo, o fim do Estado pós-colonial, a assunção de outras formas de organização política ou, ainda, a apropriação do Estado pela sociedade.
30. Com base na observação desde os anos 80, tenho adoptado o termo deliquescente para caracterizar o Estado são-tomense, assinalando a sua perda de eficácia e de autoridade. Mas cabe igualmente ponderar a definição de Estado inviável, caracterizado pela incapacidade de gerar os seus recursos e pela dependência de empréstimos e da ajuda externa, cf. Frynas, Wood e Oliveira 2003:59.
31. Quadro semelhante no tocante aos efeitos perniciosos da indústria do petróleo foi prospectivado para o arquipélago (Frynas, Wood e Oliveira 2003). Porém, apesar de eventuais disputas em torno do petróleo, este não ganhou dimensão significativa na economia local e os seus efeitos económicos e sociais estão por comprovar.
32. Tão pouco isso parece suceder no plano estritamente económico. Conforme indicadores da representação social dos empresários, a acção destes parece menos apreciada do que a das ONG’s (Carvalho 2003:216). Ainda que se trate de indicadores a interpretar com cautela, eles parecem congruentes com a impressão quer de descrédito relativamente à ausência de responsabilidade social dos proeminentes, quer com a mentalidade dependente do desempenho assistencialista.
33. Como, por exemplo, a traçada por Felíciana Bonfim, que caracteriza a elite como um conjunto de indivíduos com efectiva ou potencial capacidade económica, alheados do que se tipificaria como um protagonismo de elite.
De alguma forma, também para Carvalho, elite condiz com o universo dos indivíduos económica e politicamente diferenciados, cf. 2001:141.
34. Ou não usam a riqueza para ampliar a riqueza local ou, forçoso é consenti-lo, a procura da riqueza rapidamente tende para a tentativa de excluir os competidores económicos.

35. Nas ilhas, algumas das tomadas de posição da diáspora são confundidas com a sobrançeria de quem não está obrigado à resolução das incontáveis dificuldades do dia-a-dia no arquipélago.
36. Alguns descortinarão aqui um veio histórico, a saber, o da avocação de um determinado saber pela relação particular com a terra. Na era colonial, os colonos desconsideravam quaisquer apreciações em razão da valia do seu saber prático, forjado na lida diária com os africanos. A prática e a residência nas ilhas eram a fonte de um saber indiscutido. Mudados os referentes e os lemas, a ligação à terra ressurgiu como uma premissa de qualquer enunciação pertinente sobre o arquipélago. Tal pressuposto aplicou-se aos estrangeiros, mas foi igualmente usado para se depreciar o contributo dos são-tomenses entremetidos emigrados.
37. A recente eleição de Pinto da Costa, que esteve à frente do país durante o regime de partido não invalida esta ideia, porque ele se manteve como que à margem das disputas políticas, reaparecendo como uma figura distante e promotora da regeneração das práticas políticas.
38. Por exemplo, por parte de alguns estudiosos – um grupo pequeno e limitado na sua acção, quer pelas lacunas institucionais no suporte à actividade científica, quer pela permanente migração para a política – e de um sector que se diz representativo da diáspora.
39. Se, em 2001, os candidatos convieram na supressão da acrimónia e dos insultos nos panfletos anónimos, já se mostram incapazes de acordar numa auto-restricção relativamente ao *banho*, o que em muito se prenderá com a falta de confiança política entre os actores e com a dependência destes relativamente a apoios externos.
40. No *Relatório do Desenvolvimento Humano* relativo a 2002 era referido que a aproximação psicológica à Europa continuava muito forte, não só em resultado de elementos da elite terem estudado em Portugal como também do retorno sazonal ao arquipélago dos emigrantes, cf. 2002: 15.

Referências

- Barbosa, J., G., 2001, *Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe*, dissertação de mestrado, Lisboa: ISEG – UTL.
- Bonfim, F. N. J., 2001, *S. Tomé e Príncipe: realidades sociais, económicas e opções de desenvolvimento para o século XXI*, dissertação de mestrado, Lisboa: UTL – ISEG.
- Bonfim, J. S., 2000, *Os processos migratórios em S. Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa*, dissertação de mestrado, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Branco, R. e Varela, A., 1998, *Os caminhos da democracia*, Amadora.
- Cahen, M., 1991, 'Arquipélagos da alternância: a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe', in *Revista Internacional de Estudos Africanos* nº14-15, Lisboa: IICT-CEAA, pp.113-154.
- Cardoso, C., Macamo, E. e Pestana, N., 2002, 'Da possibilidade do político na África lusófona. Alguns subsídios teóricos', in *Cadernos de Estudos Africanos* nº3, Lisboa: CEA-ISCTE, pp.5-25.
- Carvalho, A. A., 2001, *Os constrangimentos estruturais do processo de desenvolvimento em S. Tomé e Príncipe: Interferência mútua entre espaços político e económico*, dissertação de mestrado, Lisboa: ISCTE.

- Ceita, M. N., 1998, 'Perspectivas dos estados e nações dos cinco. As questões étnicas no processo de democratização', in *Que estados? Que nações em construção nos cinco?*, Praia: Fundação Amílcar Cabral, pp. 201-207.
- Chabal, P., 1993, 'O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa', in *Soronda. Revista de Estudos Guineenses* nº15, Bissau: INEP, pp.37-55.
- Diop, M. C., e Diouf, M., 1992, 'As sucessões legais: mecanismos de transferência do poder em África', in *Ciências sociais em África*, Lisboa: Edições Cotovia. pp.129-167.
- Eyzaguirre, P., 1986, *Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa*, Ph. D. dissertation, Yale University.
- Falola, T., 2003, *The power of african cultures*, Rochester: University of Rochester Press.
- Falola, T., 2004, *Nationalism and african intellectuals*, Rochester: University of Rochester Press.
- Fernandes, G., 2006, *Em busca da nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Fernandes, M. V. A., s.d, *Os imbróglis das transições em S. Tomé e Príncipe 1974-1991*, dissertação de mestrado, Coimbra: Universidade de Coimbra .
- Frynas, J. G., Wood, G. and Oliveira, R. M. S. S., 2003, 'Business and politics in São Tomé e Príncipe: from cocoa monoculture to petro-state', in *African Affairs* 102, Royal African Society, pp.51-80.
- Fukuyama, F., 2006, *A construção de estados. Governação e ordem mundial no século XXI*, Lisboa: Gradiva.
- Hodges, T. e Newitt, M., 1988, *São Tomé and Príncipe. From Plantation Colony to Microstate*, Londres: Westview Press.
- Iliffe, J., 1999, *Os africanos. História dum continente*, Lisboa: Terramar.
- Laban, M., 2002, *São Tomé e Príncipe. Encontro com escritores*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- Maino, E., 1999, 'A identidade santomense em gestão: desde a heterogeneidade do estatuto de trabalhador até à homogeneidade do estatuto de cidadão', in *Africana Studia* nº2, Porto: CEAUP, pp.135-152.
- Mata, I., 2004, *A Suave pátria. Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense*, Lisboa: Edições Colibri.
- Nascimento, A., 2001, 'Identidades e saberes na encruzilhada do nacionalismo são-tomense'. in *Política Internacional* nº24, volume 3, Lisboa, pp.209-245.
- Nascimento, A., 2004, 'Escravidura, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX: sujeição e ética laboral', in *Africana Studia* nº7, Porto: CEAUP, pp.183-217.
- Nascimento, A., 2005, *Entre o mundo e as ilhas. O associativismo são-tomense nos primeiros decénios de Novecentos*, São Tomé: UNEAS.
- Nascimento, A., 2007a, *Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte*, edição digital, Porto, CEAUP, <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB005/pdf>
- Nascimento, A., 2007b, 'Diáspora são-tomense e política na terra' in <http://www2.iict.pt/?idc=1028&idi=11758>, 1 de Dezembro de 2013.
- Nascimento, A., 2010, 'São Tomé e Príncipe na idade adulta: a governação e o descaso da rua', vol.2, nº3, Brasília: IPEA, pp.45-73.
- Nascimento, A., 2011, 'As demandas sociais e a construção de conhecimento entre o fervor identitário e a tutela política em São Tomé e Príncipe', *Africana Studia* nº19, Porto: CEAUP, pp.117-136.

- Relatório do Desenvolvimento Humano em São Tomé e Príncipe 2002. As mudanças de 1990 a 2002 e o Desenvolvimento Humano*, 2002, São Tomé: UNDP.
- Sachs, J., 2005, *O fim da pobreza. Como acabar com a pobreza nos próximos 20 anos*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Seibert, G., 1991, *São Tomé and Príncipe after Independence From One-Party-State to Parliamentary Democracy*, Utrecht: University of Utrecht.
- Seibert, G., 1999, *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*, Leiden: Universidade de Leiden.
- Silva, A. L. C. , 2001, 'O nascimento do Leviatã crioulo. Esboços de uma sociologia política', in *Cadernos de Estudos Africanos* nº1, Lisboa: CEA – ISCTE, pp.53-68.
- Young, C., 2004, 'The end of the post-colonial state in Africa? Reflections on changing Africa political dynamics', in *African Affairs*, vol.103, nº410, Londres, pp.23-49.